



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019.

Comunicação nº 043/2019

Decisão do Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva /RJ

Processo 028/2019

Denúncia com Pedido de Liminar

Requerente: Procuradoria do TJD/RJ

Requeridos: Fluminense FC e Pedro Abad (Presidente do Fluminense FC)

Trata-se de denúncia da Douta Procuradoria de Justiça Desportiva, em face do Fluminense Futebol Clube, por infração aos artigos 231 e 258 D do CBJD e do seu Presidente, Sr. Pedro Abad nos artigos 258 e 243 D, também do CBJD. Acompanhada da denúncia, foi requerida a suspensão preventiva dos denunciados, nos termos do artigo 35 do CBJD, por entender, em síntese, que diante da gravidade dos atos perpetrados, foram preenchidos todos os requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, (i) ocorrência de infração disciplinar, (ii) certeza absoluta da autoria, (iii) inviabilidade de julgamento imediato e principalmente, (iv) o impedimento de que os infratores não atuem impunemente.

Primeiramente, note-se que a Procuradoria de Justiça Desportiva desempenha um papel de máxima relevância no processo desportivo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

tendo como um dos seus deveres precípuos a fiscalização da aplicação da legislação.

Cumprindo sua função legal e preocupada com a eficácia das decisões, a Procuradoria realizou requerimento de suspensão preventiva, eis que amparada na legislação esportiva (art. 35, CBJD).

Contudo, em que pese os relevantes argumentos levantados pelo i. Procurador e obviamente, a gravidade das infrações em tese praticadas, de certo que em sede de cognição sumária, não cabe nenhum juízo de valor por este presidente sem que o processo tenha seu curso normal, ou seja, sem que os denunciados exerçam o direito de contraditório e ampla defesa.

Sendo assim, por ora, não cabe a suspensão de nenhum dos dois denunciados, pois seria hipótese de adiantamento de pena, o que não cabe em uma situação onde será discutida matéria de competência da Justiça Desportiva em face da Justiça Comum, em que pese dispositivos literais da Constituição Federal já definirem a competência para apreciação dos fatos narrados nestes autos.

Ressalte-se, por derradeiro, que medida extrema de tal natureza merece especial cautela com possíveis danos irreparáveis o que justifica por si só o seu indeferimento, mormente em razão da necessidade de eventual apuração de prejuízos pecuniários, além daqueles relativos à imagem da competição.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Por tais fundamentos, **INDEFIRO** a suspensão preventiva.

Publique-se e Cumpra-se;

Encaminhe-se os autos à CDR para julgamento.

Marcelo Jucá Barros
Presidente do TJD/RJ